

VAMOS JUNTOS
SUPERAR
ESSA CRISE.

A INDÚSTRIA NO COMBATE
À COVID-19.

NÚMERO 20

BOLETIM SESI COVID

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2021



CONTEXTO

A EXIGÊNCIA DE VACINAÇÃO PARA COVID-19 NÃO É INÉDITA

A proposta de imunização obrigatória para a COVID-19 foi celeuma desnecessária, pela razão simples de que não há vacina para todos. Esse fato, no entanto, não impede que a vacina seja exigida por setores onde houve possibilidade inequívoca de vacinação, como por exemplo no setor da saúde, entre trabalhadores de hospitais.

A exigência de imunização não é novidade. No Brasil, consta a obrigatoriedade desde a regulamentação da lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Escolas e empresas podem impor a alunos e empregados a aplicação das vacinas previstas no Programa Nacional de Imunizações.

Outra falsa polêmica que tem circulado nas redes sociais é à exigência, por alguns países, de comprovante de imunização para permitir a entrada em seus territórios de estrangeiros ou mesmo de naturais que vivem no exterior. Tal prática é comum e seguida à risca em várias partes do mundo. A requisição mais frequente é a da vacina da febre amarela, obrigatória para a admissão em muitos países.

Esse histórico revela que não há nada de errado em se exigir a vacinação para a COVID-19, desde que o imunizante seja disponibilizado a todos. ■

VACINAÇÃO

AS OLIMPÍADAS DA IMUNIZAÇÃO

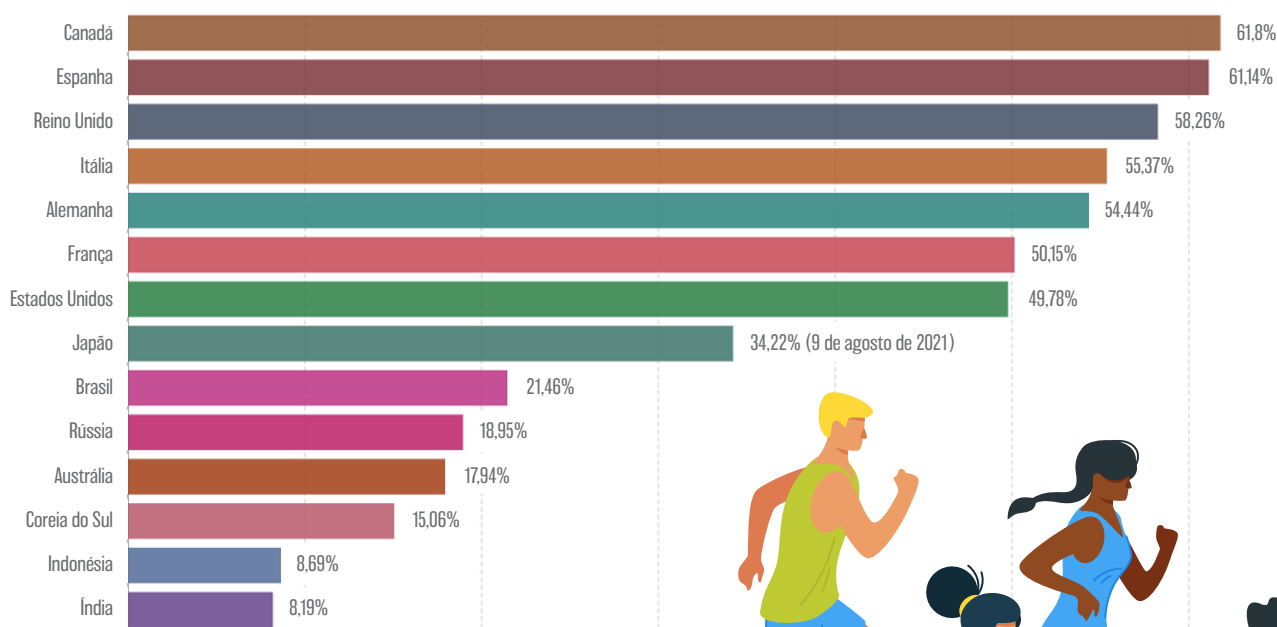
Se as quinze maiores economias do mundo disputassem quem alcança primeiro a cobertura vacinal completa (exceto a China, que não tem dados atualizados), o Brasil estaria bem distante do pódio. Nosso país possui apenas um quinto da sua população imunizada.

Canadá e Espanha, seguidas por Reino Unido, Itália, Alemanha e França, já vacinaram me-

tade das suas populações. Considerando que a imunidade coletiva será alcançada com taxas entre 70% e 80%, observa-se que temos uma longa distância a percorrer, ao contrário do apregoado por vários governantes.

Os dados atualizados da imunização contra a COVID-19 no mundo estão disponíveis no site [Our World in Data](#). ■

PORCENTAGEM DE VACINADOS CONTRA A COVID-19 (9 DE AGOSTO DE 2021)



Fonte: [Our World in Data](#)



TENDÊNCIAS

CASOS E MORTES EM QUEDA, MAS DISTANTE DE NOVEMBRO DE 2020

A média móvel de casos e óbitos pela COVID-19 nos primeiros dias de agosto de 2021 revela queda consistente em todo o país. Porém, a comparação (gráfico) com o início de novembro de 2020 (período com menor número de eventos desde o início da pandemia) revela que neste mês o número de mortes é três vezes maior, e o de casos equivale ao dobro do registrado naquele momento.

Os dados atualizados podem ser consultados no site do [CONASS](#). ■

ANÁLISE TEMPORAL DE CASOS E ÓBITOS NO PAÍS



Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

ENTREVISTA RAQUEL CANUTO

Raquel Canuto é professora e pesquisadora na área da Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia Nutricional e Social. O impacto da pandemia na alimentação do brasileiro tem sido tema de seus estudos e análises. Leciona nos departamentos de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



“Com a pandemia veio a crise econômica, que elevou o preço dos alimentos e fez diminuir a renda. Essa combinação resulta em um cenário de crescente insegurança alimentar, que se manifesta pela dificuldade de comprar alimentos e, em muitos casos, pela ausência deles”

O período de quarentena, com maior permanência em domicílio, trouxe muitas mudanças de hábito. O que foi mais relevante na alimentação?

Internacionalmente, alguns estudos mostram que sim, a alimentação mudou na pandemia. Houve o aumento no consumo de produtos de pior qualidade nutricional, especialmente entre jovens. No Brasil, o principal estudo a fazer esse acompanhamento foi o NutriNet Brasil, que investiga a relação entre alimentação e morbimortalidade [relação entre o número de casos de enfermidade ou de morte e o número de habitantes em dado lugar e momento] por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. Dados coletados

imediatamente antes do início da pandemia e durante sua vigência, no mês de maio de 2020 mostraram um crescimento significativo no consumo de alimentos saudáveis, como frutas, verduras e leguminosas, e estabilidade no consumo de alimentos não saudáveis (ultraprocessados). Porém, uma tendência de aumento no consumo de marcadores de alimentação saudável e não saudável foi observada nas regiões Nordeste e Norte e entre pessoas com menor escolaridade, sugerindo desigualdades sociais na resposta à pandemia. Outra realidade que se impõe no Brasil, com o avanço da pandemia, é a crise econômica que elevou o preço dos alimentos e o custo de vida e, ao mesmo tempo, fez diminuir a renda.

Essa combinação resulta em um cenário de crescente insegurança alimentar, que se manifesta pela dificuldade de comprar alimentos e, em muitos casos, pela ausência deles, a fome.

Existe uma crença de que houve aumento de sobrepeso nesse período. Se de fato ocorreu, a frequência foi maior entre homens ou mulheres? Adultos ou jovens?

Os dados do mesmo estudo confirmam essa hipótese: depois de seis meses de pandemia, o ganho de peso igual ou superior a 2 kg alcançou 19,7% dos participantes, mostrando-se diretamente associado ao sexo masculino, à menor escolaridade e à presença prévia de excesso de peso, e sendo inversamente associado à idade. No mesmo estudo, observou-se também perda de peso, porém menos significativa.

Para quem teve COVID-19 e ainda apresenta sintomas, há alguma dieta especificamente indicada?

Não há nenhuma recomendação dietética específica ou suplementação vitamínica com comprovação científica para o tratamento dos sintomas da COVID. Apesar do chamado tratamento precoce muitas vezes incluir suplementação de vitamina D e zinco, não há nenhuma comprovação científica de que eles auxiliem nos sintomas ou na progressão da doença. Porém, sabe-se que uma alimentação saudável, rica em alimentos in natura, como frutas, verduras, legumes, cereais integrais e leguminosas, em detrimento do consumo de alimentos ultraprocessados, é importante para o sistema imunológico e deve ser sempre recomendada.

Independentemente da situação atual da COVID, qual sua opinião sobre políticas para conter o aumento de peso, como a elevação de impostos sobre refrigerantes?

Diversos estudos têm demonstrado o papel do consumo de bebidas adoçadas, como os refrigerantes, na epidemia da obesidade entre adultos e crianças. Ao mesmo tempo, internacionalmente, as políticas de tributação sobre as bebidas adoçadas têm se mostrado uma importante estratégia no combate à obesidade, pois reduzem o seu consumo. O México possui uma política de bastante sucesso, responsável por diminuir a ingestão dessas bebidas, principalmente entre as pessoas de menor renda, que mais sofrem com os problemas de saúde decorrentes do seu consumo. No Brasil, política semelhante obteve muito sucesso na redução do tabagismo. Por isso, vejo como um avanço importante. ■

© MyPlate/stock.adobe.com

